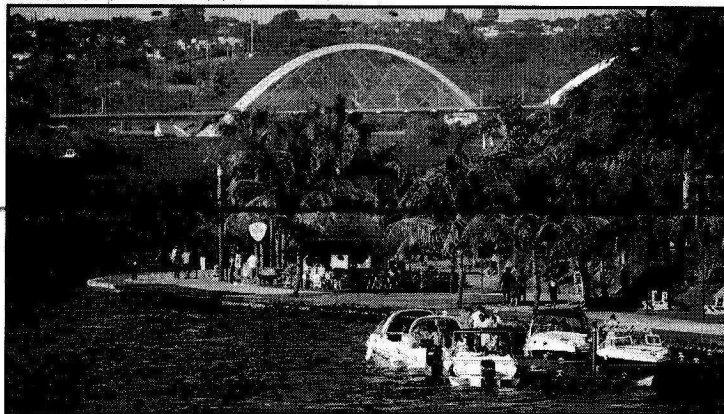


# Orla na mira de um novo projeto

Administração do Lago Sul entrega ao governador documento sobre ocupação das margens do Paranoá. As propostas incluem a criação de 27 áreas de preservação ambiental e de lazer

» BÁRBARA VASCONCELOS

Carlo Vieira/CB/D.A Press - 11/8/12



A ideia é aumentar investimentos na infraestrutura oferecida ao público

Mais de 15 anos depois da primeira lei sobre a ocupação da orla do Lago Paranoá (Lei nº 971/95), que resultou na construção do Pontão, chegou às mãos do governador Agnelo Queiroz, na última semana, um novo **projeto de lei complementar** para a região. Elaborado pela Administração Regional do Lago Sul, o documento propõe a revitalização e a criação de áreas de preservação ambiental, esporte e lazer nas margens do lago. Ao todo, o projeto dispõe sobre 27 espaços para uso da comunidade, entre parques e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Aries). Somente na porção sul da orla, serão mais de 2,5 milhões de metros quadrados destinados ao turismo.

O projeto estava em debate na Administração do Lago Sul havia cinco meses. De acordo com o administrador Wander Azevedo, a ideia surgiu com a demanda dos moradores, que solicitavam mais opções de lazer nas imediações. “Eles nos procuraram para pedir mais alternativas para a prática de esportes e mesmo para apreciação do lago”, lembra Azevedo. Porém, a decisão judicial que determinou a retirada das ocupações de áreas públicas do Lago Paranoá acelerou a entrega do documento. Isso porque o novo projeto de lei propõe uma solução diferente para as áreas ocupadas.

De acordo com a proposta, as cercas que impedem o acesso às

**Tramitação**

Entregue ao Governo do Distrito Federal (GDF) na última segunda-feira, o projeto de lei complementar sobre a ocupação da orla deve passar pelas secretarias de Turismo e Meio Ambiente e então seguirá para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Não há ainda previsão de votação do documento.

águas do Paranoá deveriam ser mantidas. Em contrapartida, os moradores cuidariam da preservação da vegetação cercada e pagariam uma taxa anual de 5% do valor do imóvel à administração regional. “Esses valores vão ser utilizados para a execução desse projeto e também para a própria conservação do Lago Sul”, explica o administrador. Mas a taxa não seria a única fonte de recursos para a criação e revitalização dos parques. A ideia é que o projeto

saia do papel a partir de uma parceria público-privada.

## Lago ao alcance

Para democratizar o acesso ao lago Paranoá, o projeto de lei sugere a criação de duas novas áreas de lazer na orla. A primeira seria localizada na QL 24, atualmente um espaço de especulação imobiliária. Lá, a expectativa é inaugurar uma marina pública, uma casa de cultura e um anfiteatro, além de pistas de skate e de cooper. Já nas proximidades da ponte Lúcio Costa, a meta é construir quiosques, banheiros públicos e calçadas. Além disso, seriam realizadas melhorias nos parques Península Sul, Dom Bosco, Copasbas, Bernardo Sayão, Canjerana e Garça Branca, entre outros.

Para o diretor do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), Neio Campos, a proposta da Ad-

ministração do Lago Sul segue uma tendência global de valorização dos rios e lagos. “As cidades estão despertando para a importância de se olhar para a orla. As pessoas estão se conscientizando que esse é um elemento fundamental”, aponta.

Moradora do Lago Sul desde que nasceu, a estudante LÍlian Cursino, 22 anos, aprova a criação de novas áreas de conservação ambiental e de turismo na orla do Paranoá. “O lago é muito bonito e não deveria ficar restrito somente às pessoas que moram aqui”, diz. Mas a jovem atenta que a administração não pode se esquecer da vigilância nos pontos destinados à comunidade. “O projeto teria que ser bem executado. Na Ermida Dom Bosco, por exemplo, falta policiamento e uma boa orientação para os frequentadores”, avalia.

## Histórico

As discussões sobre a ocupação da orla do Lago Paranoá arrastam-se desde 1995, ano em que foi aprovada a primeira lei do Projeto Orla, proposta pelo então deputado distrital Rodrigo Rollemberg. O texto previa a criação de 11 polos comerciais, na tentativa de promover o turismo na região. Dessas áreas, apenas duas — o Pontão do Lago Sul e o Complexo do Brasília Palace (Concha Acústica) — foram executadas. Em 2008, a ideia voltou a ser debatida pelos parlamentares e chegou a entrar na lista de projetos prioritários para 2009, mas as obras não avançaram.